

CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA
EM 30 DE JUNHO E 01 DE JULHO DE 2009

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e nove, às 13:30 horas em primeira convocação e às 14:00 horas com qualquer número de Conselheiros presentes, os integrantes do **Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR**, reuniram-se no Auditório da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP, 5º andar, situada à Rua Pedro Ivo, nº. 750, Centro, em Curitiba/PR. Previamente convocados, os Conselheiros foram saudados pela Presidente do CEAS, **Conselheira Denise Fank**, que os convidou a se dirigirem a sala do Secretário Nelson Garcia para uma Audiência. Após subdividiram-se em grupos para dar início às atividades das Comissões. Fizeram-se presentes os Conselheiros: **Representantes Governamentais presentes:** Débora Franco Godoy Andreis (Procuradoria Geral do Estado- PGE); Paulo César Langer; (Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior – SETI); Lucimeri Sampaio Bezerra (Secretaria da Política Habitacional – COHAPAR); Daniel Anibal Fresia Schorr (Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL); Denise Ratmann Arruda Colin (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Solange Fernandes (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Ironi de Rocio Vieira de Camargo (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Telma Maranhão Gomes (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); Lúcia Teresinha Zanato Tureck (Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social – SETP); **Representantes da Sociedade Civil Organizada presentes:** Inês Roseli Soares Tonello (Conselho Regional de Economistas Domésticos da 2ª Região – CRED II); Francisco Arnaldo Fernandes (Associação de Moradores de Umuarama – CAMUR); José Cícero dos Santos (Escola Comunitária do Trabalho – ECT); Denise Maria Fank de Almeida (Conselho Regional de Serviço Social – 11ª Região); Edenilce de Fátima do Nascimento Lima (Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Nova Esperança – SISMUNE); Teresinha Maria Wolff (Conselho Regional de Serviço Social – 11ª Região); Ozimara Ferreira de Mello (Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Cecília do Pavão); Roseli Teresinha Gass (Núcleo Regional de Serviço Social – NUCRESS – Toledo); Cristiane Meyer (Conselho Regional de Serviço Social- 11ª Região); Denise Poltronieri (Associação Medianeirense de Surdos e Fissurados- AMESFI); Convidados, ouvintes e colaboradores: Carla de Souza (SETP/CDI); Maria de Fátima J. Fiebig (FOREAS); Neiva Hack (FOREAS); Vera Lucia S. Pereira (FOREAS); Helena Navarro Gimenez (SETP/CDI); Kelli R. Albanese (SETP/CDI); Sandra Mancino (Ministério Público); Keity Fabiane da Cruz (Ministério Público/PR);. As atividades das Comissões desenvolveram-se por toda a tarde, com a elaboração das respectivas sínteses. **Assembléia Ordinária CEAS/PR-01/07/2009.** Ao primeiro dia do mês de julho do ano de dois mil e nove, às nove horas da manhã, no Auditório da Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social - SETP, 5º andar, à Rua Pedro Ivo, nº. 750, em Curitiba/PR, foi dado início à Assembléia Ordinária do Conselho Estadual de Assistência Social – CEAS/PR, presidida pela **Presidente Conselheira Denise Fank**. No momento inicial, as boas vindas foram dirigidas a todos os presentes. **Apreciação e Aprovação da Pauta.** Em seguida a Conselheira Presidente procedeu a leitura da pauta, que consistia em: 1. Abertura; 2. Apreciação e aprovação da pauta; 3. Apreciação e aprovação da ata da reunião ordinária de 05/06/2009; 4. Informes da Secretaria Executiva; 5. Relatórios das Comissões; 6. Instrumentos de gestão do Estado: solicitações para ampliação do prazo; 7. Informes Gerais: 7.1 – Comissão Intergestores Bipartite – CIB e Comissão Intergestores Tripartite – CIT; 7.2 – Informes Conselheiros e Convidados;

10

54Encerramento. Em apreciação foi considerada **APROVADA**. □ **Apreciação e**
55**aprovação da ata da reunião ordinária de 05/06/2009.** Em apreciação, a ata
56foi considerada: **APROVADA. Informes da Secretária Executiva dos**
57**Conselhos.** A **Secretária Executiva Regina** saudou os presentes e informou:
58Ofício nº 11/09 procedente do Conselho Municipal de Castro, em resposta ao ofício
59nº. 044 do CEAS. Nessa correspondência, o CMAS encaminha a listagem das
60entidades beneficiadas com recursos referentes ao convênio nº 452/MDS/2006. □
61procedente do Conselho Regional de Nutricionistas – 8ª Região/PR, o Informativo de
62nº4 trouxe relatos sobre as últimas ações deste Conselho. □ Da Secretaria
63Executiva do CNAS, e-mail trazendo correspondência dirigida a todos os Presidentes
64dos Conselhos Estaduais – of. Circular nº 005/2009 – MDS/CNAS/PRES/CP, que trata
65da solicitação de apoio à realização das Conferências de Assistência Social, em
662009. □ E-mail encaminhado pela Conselheira Roseli Gass, informando da sua
67ausência nas atividades das Comissões, tendo em vista estar participando da
68Conferência da Criança em Toledo/PR, havendo coincidência de datas com a
69Assembléia do CEAS/PR. □ Justificativa de ausência do Conselheiro Kléber, tendo
70em vista estar participando da Conferência Municipal de Assistência Social, na
71mesma data. □ Recebidos diversos folders referentes à 1ª Escola de Administração
72e Negócios de Brasília. □ Folders referentes ao II Congresso Brasileiro de Direito
73Administrativo – 20 e 21 de agosto no Brasília Alvorada Park Hotel, bem como do III
74Fórum Brasileiro de Direito Municipal – I Fórum Brasil-França de Direito Público 13 e
7514 de agosto/09, no Mercure Hotel, em Belo Horizonte. □ Boletim informativo
76encaminhado pelo Gabinete do Senador Flávio Arns. □ Ofício nº 167/2009, dirigido à
77Presidência do CEAS/PR de parte da Secretaria Executiva do CNAS, informando que
78a Resolução nº 22 do CNAS foi revogada pela Resolução nº. 036 do CNAS de 16
79abril de 2009, que restabelece na íntegra o anexo I da Resolução nº
80191/2005/CNAS, relativa à recomendação do CNAS sobre inscrição nos Conselhos
81Municipais de Assistência Social e no CNAS/DF. □ Ofício nº 080/2009, remetido pelo
82CMAS de Cascavel, informando o recebimento de solicitação de inscrição do
83Conselho da Comunidade, que é um órgão de Execução Penal da Comarca.
84Solicitam orientações de como proceder a respeito deste pedido, considerando as
85diretrizes da Política Nacional. □ Foram anexados alguns documentos para
86avaliação e parecer. □ Recebidos diversas caixas com exemplares do Caderno 2 –
87SUAS. □ Ofício 031/09, encaminhado pelo Escritório Regional de Curitiba, trazendo
88a solicitação de 06 vagas adicionais para a VIII Conferência Estadual de Assistência
89Social, tendo em vista que nos informes preliminares não ficou claro que, dentre as
90metas estabelecidas da regional (52), deveriam subtrair 6 para contemplar os
91membros eleitos (titular e suplente) que estão saindo e entrando no CEAS,
92principalmente por serem considerados Delegados natos, portanto com vaga
93garantida. Somente através das informações recebidas em 22/06 é que tomaram
94conhecimento e já haviam repassado os dados para os Municípios. □ Ofício nº. 031,
95do CMAS de Colombo, solicitando materiais para distribuição na Conferência
96Municipal a ser utilizada em 15/07. □ Ofício Circular nº. 005/2009-MDS, assinado
97pela Presidência do Conselho Nacional e dirigido aos Conselhos Estaduais, com
98cópia aos Gestores de Assistência Social dos Estados brasileiros. Através do
99documento o MDS e o CNAS convocam a VII Conferência Nacional por meio da
100Portaria Conjunta nº. 1, de 04/09/08, que tem como tema central:- “Participação e
101Controle Social no SUAS”, a ser realizada de 30 de novembro a 3 de
102dezembro/2009, em Brasília. Pedem ainda o apoio e empenho do Conselho e da
103Secretaria Estadual, para a realização das Conferências Municipais e Estaduais,
104sendo fundamental que o Estado garanta financeira e operacionalmente a
105participação na Conferência Estadual dos Delegados eleitos no âmbito municipal,
106bem como dos Delegados eleitos nas Conferências Estaduais na Nacional, tanto os

11

2

2

12

13

14

representantes da Sociedade Civil, quanto do Governo. □ E-mail recebido de Maringá- Ana Cristina Oliveira, solicitando informações sobre Nota Técnica de Orientação aos CMAS emitido e assinado pela Presidente Roseli (-fluxos). □ Justificativa do Conselheiro Luciano- SECJ, ausente na Assembléia, devido estar em viagem acompanhando a realização das Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente. □ Comunicado da Conselheira Francislaine, justificando sua ausência no CEAS, por compromissos assumidos anteriormente e inadiáveis. Comunicou também que sua suplente da Região não tem condições para estar presente na Reunião. Comunicou, ainda, que em relação ao cadastramento do Bolsa Família, o Município de Ribeirão Claro está dando andamento ao serviço e está correndo tudo normalmente. Apenas na área rural há dificuldades para fazer o cadastramento, mas isso deve se resolver nos próximos dias. Em Ribeirão Claro e Jacarezinho também já foram realizadas as Conferências Municipais da Criança e do Adolescente e já foram indicados os representantes para a Conferência Estadual. Em seguida a **Conselheira Presidente** fez os encaminhamentos: - Solicitou aos Conselheiros de Umuarama, Foz do Iguaçu e Cascavel para que assinassem a ata a respeito da definição de segmentos para eleição para a próxima gestão do CEAS, e posteriormente fizessem a devolução à Secretaria Executiva; - Sobre o of. nº. 031/2009 do Escritório Regional de Curitiba, encaminhou para a Comissão de Organização da Conferência para avaliação ao pedido; - O of. nº. 080/2009, remetido pelo CMAS de Cascavel, seja enviado o ofício padrão conforme feito nas solicitações anteriores já com as orientações acerca da composição do Conselho de Comunidade; - Sobre e-mail recebido de Maringá, solicitando informações sobre Nota Técnica, será encaminhado para a Comissão de Documentação e Cadastro para apreciação; - Referente ao ofício nº. 031, do CMAS de Colombo, será encaminhado à **Conselheira Solange**, Coordenadora do Desenvolvimento Integrado, a qual remeterá ao Escritório Regional, pois todo o material que foi produzido foi encaminhado para aos Escritórios Regionais. Solicitou a **Secretária Executiva Regina**, a pedido da Conselheira Ozimara uma inserção de pauta, para que seja incluído como ponto o Fórum da Região de Cornélio Procopio. Em apreciação **APROVADOS** os encaminhamentos dados aos pedidos acima. □ **Relatório das Comissões: Comissão de Organização da Conferência.** A **Conselheira Lucia** comunicou que foi realizada no dia 24 de junho uma reunião extraordinária, onde foi revisado o Regimento Interno e feita as adequações decorrentes do recebimento das orientações nº. 04 do CNAS. O que mais chamou a atenção diz respeito principalmente ao Registro da Mobilização dos Municípios, contendo as estratégias utilizadas e o número de pessoas envolvidas nas respectivas Conferências. Foram ainda detalhados os três segmentos que deverão estar presentes em toda a organização da Assistência Social, ou seja, os usuários, os trabalhadores do setor da Política de Assistência Social e as Entidades Socioassistenciais. Ficou estabelecido as orientações a serem prestadas aos Municípios no sentido de se fazer o registro e ser coletado os dados pelas Conferências regionais, como também o que a própria comissão organizadora tem que fazer em âmbito estadual. Outra questão que chamou a atenção é referente aos documentos que devem ser encaminhados pelos usuários que serão eleitos conselheiros. Foi feita um minuta de regulamento da Conferência Regional e encaminhada aos Escritórios para facilitar a absorção de todas essas questões. Em relação ao segmento do usuário para a composição do CEAS identificou-se a possibilidade de ser um usuário dos serviços socioassistenciais, sem ter como sustentação uma organização de usuários legalmente constituída, cabendo acrescentar nos documentos exigidos para registro da candidatura: um ofício de apresentação, a ata da reunião que o indicou como seu representante, um relatório das atividades do referido serviço no ultimo ano. Sobre o pedido de aumento de

160vagas da Regional de Curitiba, colocou que foi analisado, porém não há
 161possibilidade de alteração, pois os critérios foram estabelecidos pelo Conselho
 162Nacional. Colocou a **Conselheira Lucia** que há questionamentos sobre a
 163participação de Conselheiros Estaduais na disputa da vaga para a Conferência
 164Nacional, mas que já foi realizada uma discussão e o Conselho Nacional destinou
 16564 vagas para os conselheiros municipais e 08 para os Estaduais. Entende-se que a
 166distribuição dessas vagas será discutida no Conselho, mas o número de 08 é
 167reduzido para todos os Conselheiros. Esses, poderão disputar nas suas Regiões,
 168pois não significa que existem reservas. Questionou a **Conselheira Presidente** o
 169motivo dessa preocupação da Regional, se o Conselheiro foi eleito para ser
 170representante da Região, o qual pela lógica ele poderia estar representando.
 171Lembrou a **Conselheira Ozimara** que discutiu-se na Reunião passada, em
 172consultar o CNAS se as vagas estavam para os Municípios previstos apenas em
 173gestão básica ou plena, seguindo a orientação ou regulamentação. A **Conselheira**
 174**Solange** lembrou que o Conselheiro Kleber reviu os critérios de distribuição das
 175vagas e tirou do regulamento essa exigência e a conclusão foi encaminhada aos
 176Escritórios Regionais. Ressaltou a **Conselheira Lúcia**, que já foi elaborada a
 177minuta do Regimento Interno pela CDI e discutiu-se a programação da Conferência
 178Estadual que está prevista para ser realizada nos dias 05 e 06 de outubro. (segue
 179anexo). Colocou a **Conselheira Solange**, que essa programação é preliminar e a
 180programação final (oficial) sairá no verso dos certificados de forma sucinta. A
 181**Vice-Presidente Denise Colin**, enfatizou a importância em ser avaliado os
 182membros que irão compor a Mesa de Honra, pois estão listados chefes dos Poderes
 183Constituídos com seus representantes, Ministério Público, Poder Judiciário e
 184Legislativo, Governador, Vice-Governador, todos os Secretários de Estado,
 185Deputados Federais e Senadores, Deputados Estaduais, Colegiado Estadual de
 186Gestores Municipais, Fórum Estadual de Assistência Social, CEAS, CONSEA, CET,
 187CEDI e os Conselhos Estaduais afins (Criança e Adolescente, Portadores de
 188Deficiência), bem como os representantes dos segmentos dos usuários. No CEAS,
 189tem cinco representantes do segmento usuário, e deverá ser indicado um desses
 190para compor a mesa, com direito a fala. Colocou também, que em cada mesa e em
 191cada grupo de trabalho terá um representante governamental, sendo 1 da
 192Sociedade Civil e 1 do CEAS, sistematizador e apoio. Os representantes
 193governamentais da SETP já estão organizados nos grupos em função dos
 194conteúdos, e todas as outras mesas estão abertas para as demais Secretarias de
 195Estado. Também haverá representante do FOREAS na composição da mesa de
 196abertura, bem como nos Grupos de Trabalho. Nesses, deverão, ainda, ser eleitos
 197um coordenador e um relator dentre os participantes. Na próxima reunião da
 198Comissão, será revisado o Regimento Interno, para assim, iniciar os convites para
 199os palestrantes oficiais. A mesma, ainda informou do recebimento de um Ofício do
 200Conselho Nacional referente a inscrição das entidades sociais; com isso, volta-se a
 201lógica anterior prevista na Resolução nº 191/05, a atual estabelece que as
 202entidades da área de saúde e educação devem fazer a inscrição no Conselho
 203Municipal de Assistência Social para solicitarem o CEBAS junto ao Conselho
 204Nacional de Assistência Social. Ressaltou que essa questão deverá ser discutida na
 205próxima reunião, porque há um substitutivo do Projeto de Lei nº 3021/08 proposto
 206pelo Deputado Federal Eduardo Barbosa, de Minas Gerais, referente ao CEBAS, o
 207qual retira do conceito de entidade de Assistência Social, previsto no Decreto
 2086.308/07, que regulamenta o art. 3º, da LOAS, a impossibilidade de exigência de
 209contra-prestação do usuário e de gratuidade dos serviços, podendo a entidade
 210permanecer com o registro no CEBAS, desde que comprove gratuidade máxima de
 21120% da sua receita bruta. A sugestão é que sejam pautadas discussões, de cunho
 212político, acerca dessa temática na Conferência Estadual nos Grupos de Trabalho,

213 para deliberação de propostas adequadas ao vínculo SUAS, sem perder os
 214 princípios apontados na LOAS. Enfatizou também, que os técnicos e coordenadores
 215 do NUCLEAS estão sendo convidados com muita insistência para fazer as
 216 Conferências nas Regiões, porém, como o tema da Conferência (municipal, estadual
 217 e nacional) é voltado à participação e ao controle social, torna-se incongruente
 218 esses representantes da gestão estadual da política de assistência social
 219 assumirem as Conferências Regionais; então, solicitou **Denise Colin** que os
 220 Conselheiros que compõem as Comissões Organizadoras Regionais levem essa
 221 observação para as suas respectivas regionais. A **Conselheira Telma** colocou que
 222 a questão sobre o Substitutivo de Lei descarateriza o próprio sistema, e que é
 223 preciso realizar um debate acerca dessa temática para traduzir o retrocesso dessa
 224 regulação. Sugeriu a **Conselheira Vice-Presidente** discutir, em itens, o que traz
 225 essa proposta, que todos os Conselheiros tenham acesso à esse documento para
 226 que na próxima reunião já tragam sugestões. Ressaltou a **Conselheira Telma** que
 227 essa questão é séria, e é preciso traduzir esse retrocesso, para traçar uma linha de
 228 mobilização. Sugeriu que na próxima reunião do CEAS seja elaborado um ofício
 229 convocando a presença de um representante do CRESS e do CRP para politizar o
 230 debate nos espaços das Conferências Municipais e Regionais. A **Conselheira**
 231 **Lucia**, argumentou ser necessário elaborar uma discussão, pois ressalta que não
 232 sente a representação da Sociedade Civil no Conselho Nacional, sugerindo a
 233 possibilidade de discutir a composição dos Conselhos nas Conferências Regionais. A
 234 **Conselheira Neide**, colocou que as Entidades inscritas no CNAS, uma parte são
 235 particulares e outra filantrópica. Ressaltou o **Conselheiro José Cícero**, que no ano
 236 2006, participou em Brasília de uma reunião de usuários e apresentou nesse
 237 encontro a legalidade da participação de Entidades no Conselho Nacional de
 238 Assistência Social, pelo motivo de que há algumas instituições que defendem seus
 239 próprios interesses nessas reuniões, por isso, no que se refere ao Substitutivo de
 240 Lei que está sendo proposto pelo Deputado, o conselheiro colocou da importância
 241 de mobilização por parte dos conselheiros que participarão das Conferências
 242 municipais, regionais e estadual para propor esse debate para a deliberação de
 243 propostas a serem encaminhadas à Conferência Nacional de Assistência Social. O
 244 mesmo, ainda lembrou da Frente Parlamentar no Congresso e a necessidade em
 245 retomar essa questão para discussão e acompanhamento nas próximas reuniões do
 246 CEAS. Ressaltou que a representação de usuários no CNAS ainda é limitada. A
 247 **Conselheira Telma** colocou sobre a persistência de aprovação da Lei que dispõe
 248 sobre o mínimo de 30% do Recurso do Fundo Nacional de Desenvolvimento
 249 Educacional para comprar a alimentação escolar direto da Agricultura Familiar sem
 250 necessitar de licitação. Ressaltou, ser um processo difícil, pois existem
 251 representações de parlamentares que são corporativas e por isso, cabe uma
 252 mobilização imediata. É preciso começar a traduzir esse debate, para as pessoas se
 253 posicionarem e pressionar essas instâncias de poder. Colocou a **Conselheira**
 254 **Presidente**, que o momento é oportuno para a discussão e elaboração de
 255 propostas nas Conferências Regionais, em função das mobilizações antecedentes
 256 às Conferências Municipais, principalmente referente ao Controle Social, com
 257 estratégias para mudanças que possam ser realizadas, inclusive, com alteração na
 258 composição do CNAS. A **Conselheira Lucia**, questionou sobre quem ficará com a
 259 responsabilidade em reunir todas as documentações referentes ao Projeto de Lei
 260 3021/08, para discussão e amadurecimento dessa temática na próxima reunião do
 261 CEAS. Em discussão, definiu-se os Conselheiros **José Cícero, Denise Colin e a**
 262 **Técnica Kelli da CDI** (como apoio técnico), realizarão os encaminhamentos.
 263 Deliberou-se quanto a importância de representantes do CRESS e CRP para
 264 participar dessas discussões e da Conselheira Juciméri na plenária no ponto de
 265 pauta sobre o referido Projeto de Lei. Em apreciação **APROVADO** o relatório da

266 Comissão da Conferência. **Comissão de Financiamento e Gerenciamento do**
 267 **Fundo.** O **Conselheiro José Cícero**, colocou que a Comissão de Gerenciamento
 268 do FEAS teve conhecimento da nota técnica elaborada em conjunto com
 269 SENARC/SNAS/MDS que objetiva os critérios e fundamentos para o apoio à Gestão
 270 Estadual e às ações de incentivos financeiros do PBF, CADÚNICO e SUAS, criando o
 271 IGDE e que mensurará estes critérios, estando em acordo, observando pequenos
 272 erros de redação. Esclareceu **Sr. Nircélio**, que será consolidada com uma norma
 273 do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome, a partir de uma
 274 portaria que está sendo elaborada. Informou, que houve integração das ações do
 275 SUAS e Bolsa Família como programa vinculado à proteção social básica. Como o
 276 programa Bolsa Família e o Cadastro Único não são executados diretamente pelos
 277 Estados, havia um problema jurídico a ser superado no repasse desses recursos, e a
 278 forma encontrada para legalizar esse repasse foi essa portaria que regulamenta e
 279 também submete a execução desses recursos ao Conselho, para adquirir maior
 280 transparência. Informou o **Conselheiro Cícero**, que existe o modelo da Portaria e
 281 que ele está disponível juntamente com os documentos dentro dos envelopes
 282 entregues aos Conselheiros. Sobre o Organograma desenvolvido pelo **Conselheiro**
 283 **Daniel**, foram recebidos somente 4 formulários preenchidos e, sendo assim, a
 284 Comissão propõe que seja dado um prazo até dia 20/07, para o envio à técnica Kelli
 285 da CDI. Esse **Conselheiro**, fez uma explicação sobre o conteúdo do formulário. Em
 286 apreciação **APROVADO** o Relatório da Comissão de Financiamento e
 287 Gerenciamento do Fundo. Em seguida, a **Conselheira Presidente**, relatou a
 288 composição do Conselho Nacional de Assistência Social atual. No Segmento dos
 289 representantes das Entidades de Organizações de Assistência Social: 1º)
 290 Conferência Nacional de Bispos do Brasil; 2º) União Social Cameliana; 3ª) Federação
 291 Brasileira Cristã de Moços; 4º) Instituto Nacional Educativo Beneficente Novosigno;
 292 5º) Associação da Igreja Metodista; 6º) Federação Espirita Brasileira. No segmento
 293 usuários ou organizações de usuários: 1º) Associação para valorização e promoção
 294 de excepcionais-AVAP; 2º) Associação Brasileira de Autismo; 3º) União Brasileira de
 295 Cegos; 4º) Federação Nacional de Educação e integração dos surdos; 5º) Federação
 296 Nacional das APAES; 6º) Movimento Nacional de População de Rua. No segmento
 297 Trabalhadores da área de Assistência Social: 1º) Federação Nacional dos
 298 Assistentes Sociais; 2º) Associação Brasileira de Educadores de Deficientes Visuais;
 299 3º) Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e
 300 Filantrópicas; 4º) Conselho Federal de Serviço Social; 5º) Federação Nacional de
 301 Psicólogos; 6º) Ordem dos Advogados do Brasil. Ressaltou a Conselheira, para
 302 maior atenção no que se refere as representações das Entidades e Organizações.
 303 Todas as Entidades que o compõem o Conselho Nacional são ligadas a igrejas, isto
 304 é, não existe de fato muita representação conforme a lógica do SUAS. Colocou-se a
 305 **Conselheira Inês Roseli** a disposição para também participar da Comissão para
 306 esse estudo. **Comissão de Comunicação, Articulação e Mobilização.** Relatou a
 307 Conselheira Ozimara, que a discussão do grupo iniciou-se pelo Decreto Estadual nº
 308 4742 que assegura transporte intermunicipal gratuito à pessoa com deficiência. Há
 309 apontamentos que sugerem alterações no decreto. Conclui-se, que o CEAS tem
 310 competência normativa para propor alterações no Decreto Estadual em discussão,
 311 cabendo encaminhar à Casa Civil, como também encaminhar ao CRESS
 312 manifestação e solicitação de um parecer quanto às atribuições do assistente social
 313 presentes no supracitado Decreto para então, fazer um levantamento de quais
 314 Comissões realizariam essa discussão, de forma mais aprofundada, para a próxima
 315 reunião. Ressaltou a **Conselheira Presidente**, a necessidade de ampliação das
 316 informações sobre o referido Decreto, para que na próxima reunião do CEAS, seja
 317 elaborado um único documento com maior número de informações possíveis.
 318 Encaminha-se a solicitação da presença do Deputado Tadeu Veneri, ou

319 representante, para discussão do Decreto junto à Comissão e um representante do
 320 COEDE. No segundo ponto de discussão da Comissão, foi discutido sobre os
 321 Benefícios Eventuais, referente à definição solicitada pelo município de Campo
 322 Mourão (FOREAS), sendo deliberado quanto a necessidade de reenviar Nota Técnica
 323 que define os Benefícios Eventuais. Ressalta-se, porém, que nesta primeira nota a
 324 menção é feita em especial ao auxílio funeral e ao auxílio natalidade. No entanto,
 325 propõe-se uma nota que coloque em pauta outras implicações, como a avaliação
 326 socioassistencial. Dessa maneira, amplia-se as orientações sobre as organizações
 327 assistenciais nas demais políticas. No terceiro item, discutiu-se quanto ao Plano
 328 Estadual de Capacitação, foi informado pela conselheira Jucimeri que aguarda-se a
 329 discussão com o diretor geral da SETI, e que falta a assinatura do Convênio. Na
 330 SETI, os cursos serão oferecidos aos técnicos de forma presencial. Foi inserido no
 331 plano de capacitação o curso à distância para Conselheiros, Gestores e técnicos,
 332 através de convênio com a SEDU. Posteriormente, será realizada a indicação das
 333 aulas gravadas e dos professores. Também será incluso um novo item referente às
 334 “Áreas de Atuação prioritárias e conteúdos de formação”, sobre o qual foi realizado
 335 a leitura deste item, especificando o módulo, ementa e competências, realizando
 336 assim, sugestões e alterações. Foram realizadas sugestões para alteração dos
 337 conteúdos. Os Escritórios Regionais poderão organizar os grupos de técnicos que
 338 irão ser capacitados nesses cursos. Colocou a **Conselheira Lúcia**, que o Plano
 339 Estadual de Capacitação está avançando e talvez no 2º semestre, possa ser
 340 iniciada a realização de uma ação, ressaltou também, de se comemorar enquanto
 341 Conselho esse Plano. Colocado em apreciação **APROVADO** o Relatório da Comissão
 342 de Comunicação, Articulação e Mobilização. **Comissão de Documentação e Rede**
 343 **Socioassistencial**. Relatou a **Conselheira Teresinha** sobre análise da Lei
 344 Municipal que cria o CMAS de Foz do Iguaçu. O Escritório Regional de Foz do Iguaçu
 345 encaminhou cópia da alteração da Lei Municipal de Foz do Iguaçu que trata da
 346 composição do CMAS. A referida lei foi vetada pelo Prefeito, sendo esse veto
 347 derrubado pela Câmara. A Comissão analisou a alteração na lei e identificou
 348 diversas partes que contrariam as normativas federais e no entendimento da
 349 Comissão, ferem o princípio da democracia participativa. A **Técnica Kelli** da CDI,
 350 esclareceu que o Município fez o reordenamento e conseguiu ser **habilitado** em
 351 gestão plena. Agora, reformularam a Lei Municipal com equívocos, e diante dessa
 352 situação, o Escritório Regional pediu para comunicar o CEAS. A **técnica**, colocou
 353 que irá com Denise Colin até o município de Foz do Iguaçu para monitoramento do
 354 Plano de Providências, elaborado em função do processo de desabilitação junto a
 355 CIB, quando poderão abordar a temática e buscar os encaminhamentos cabíveis.
 356 Por sua vez, a **Conselheira Lúcia** ressaltou que esse problema atinge a grande
 357 maioria dos municípios brasileiros. Em Cascavel, foi realizado um levantamento da
 358 composição dos CMAS e constatou muitos municípios que estão de forma irregular,
 359 porém, o processo para a regularização está parado, pois, como o entendimento
 360 acerca dessas questões é limitado, deve-se realizar visita e orientações de
 361 município por município. Nesse momento de realização das Conferências
 362 municipais, muitos municípios irão permanecer com as Leis e composição dos
 363 Conselhos de forma incorreta. A mesma Conselheira, relatou sobre um município,
 364 que tinha como composição no Conselho a Associação Brasileira de Odontologia,
 365 diante disso, ela ressaltou que alguns municípios já definem quem são as entidades
 366 que serão representadas. Por isso, necessita-se atuar de imediato nessas situações.
 367 Colocou a **Conselheira Presidente** que ultimamente tem recebido diversos
 368 pedidos de orientação de como alterar a Lei Municipal. Ressaltou, se possível, para
 369 a **Conselheira Ironi** ampliar a reunião com os Escritórios Regionais. Sugeriu,
 370 portanto, a Conselheira Roseli, em garantir na Capacitação um módulo de Lei e de
 371 como compor Conselhos. Avaliou a **Conselheira Telma** que essa matéria tem que

372ser incorporada pelos CMAS e desencadeados pelo CEAS, solicitando apoio técnico
 373aos Escritórios. A representante do MP- **Sandra Mancino** colocou que muitos
 374Promotores tem solicitado pedidos de orientações sobre Lei e composição dos
 375Conselhos. Ela sugere da necessidade em fazer um modelo técnico de orientação
 376como fazem outros Estados. A Ex-Técnica Kellen, da CDI, estava identificando as
 377situações equivocadas e pendentes dos municípios. Sugeriu a Conselheira **Inês**
 378**Roseli** a elaboração pelo CEAS de orientação para os CMAS e Escritórios Regionais.
 379Colocou a **Conselheira Lúcia** que a partir das análises já realizadas nos
 380municípios, existe essa preocupação, pois o conhecimento é frágil e concorda não
 381ser incumbências dos Escritórios Regionais. Tem-se enfrentado muitas mudanças
 382de gestão municipal e os técnicos e gestores não tem essa capacidade, inclusive, as
 383Secretarias Executivas dos CMAS não estão funcionando da forma como deveriam e
 384diante dessa situação, precisa-se fazer algo. Colocou a Representante do MP-
 385**Sandra Mancino** para fazer uma orientação pontual, mas deve-se pensar nesse
 386modelo, a qual deverá envolver não só estes Conselheiros, mas também os
 387próximos. Ressaltou a **Conselheira Ozimara** que tem dúvidas quanto a
 388representação do trabalhador do setor, do usuário e representante de usuário. Em
 389reunião passada falou-se que poderia estar utilizando da Lei Federal, porém,
 390questiona a questão de usuário. No Município, essa dúvida também persiste, ao
 391qual deram o exemplo do usuário do Bolsa Família, ele pode se inscrever na
 392Conferência Municipal como Usuário? Mesmo na Lei, está como representante de
 393usuário?. Esclareceu a **Conselheira Lúcia** que a Resolução refere-se a usuário ou
 394representante de usuário. No caso de usuário, não exige-se uma representação de
 395organização legalmente constituída. A representação é eleita através de uma
 396Assembléia de usuário. Colocou a **Conselheira Presidente**, que na reunião
 397ampliada foram feitas algumas indicações, onde constam procedimentos antes da
 398Conferência, e uma indicação que pensa ser importante para os municípios, é a
 399realização das Pré-Conferências. Nesse espaço, os usuários que estão participando
 400poderão ir para às Conferência Regionais como delegados. Questionou a
 401**Conselheira Ozimara** o que fazer diante dessas situações em que a Lei encontra-
 402se errada. Ressaltou a **Conselheira Presidente** que as propostas de alteração de
 403Lei devem ser realizadas agora, o ideal, é que elas já tivessem sido alteradas.
 404Portanto, o momento oportuno de se discutir nos Municípios é agora. Se não der
 405tempo, somente depois elas serão alteradas. Questionou a **Conselheira Ozimara**
 406quanto ao Trabalhador do setor, quando não se tem psicólogo ou assistente social,
 407pode-se eleger um trabalhador desde que não seja governamental. Informou a
 408**Conselheira Lúcia** que deve ser eleito entre seus pares. Essa discussão tem sido
 409elaborada nos Municípios pequenos, onde é realizada uma Assembléia dos
 410funcionários, para indicar uma representação. Questionou sobre a composição do
 411Conselho instituída legalmente em âmbito federal na LOAS, e nas Resoluções 23 e a
 412224, e portanto, a orientação seria de que as eleições fossem embasadas nesses
 413documentos, e, posteriormente, corrigida a Lei Municipal. Esclareceu a **Conselheira**
 414**Presidente**, que as orientações são legítimas, mas que no Município, podem
 415ocorrer problemas internos. Propôs a **Conselheira Telma**, em sugerir durante as
 416Conferências Regionais uma revisão das Leis Municipais, de acordo com o porte dos
 417Municípios. Informou a **Técnica Kelli**, que os Municípios estão entrando em contato
 418com a CDI para informar sobre a mudança da Lei Municipal. Porém, com a
 419impossibilidade dessa estar pronta antes da Conferência. Portanto, durante a
 420mesma, as eleições serão realizadas conforme disposto na Lei antiga. Foi
 421questionado então, sobre a possibilidade dessa mudança, ou, se ela pode ser
 422realizada somente daqui dois anos. A **Conselheira Presidente**, propõe que
 423durante a Conferência Municipal sejam deliberadas duas propostas: 1ª) Fazer a
 424alteração da Lei; 2ª) Fazer uma Conferência específica para a aprovação do novo

425Conselho. Esclareceu a Representante Sandra Mancino do MP, que irá confirmar
 426sobre essa possibilidade, mas entende que nesse processo, quando se faz outra Lei
 427que antecipa, está tirando o mandato dos conselheiros atuais. Colocou o
 428**Conselheiro Cícero**, que quando a representação de um Conselho está
 429constituída, este não pode mudar a Lei para ele mesmo utilizar. Ele ainda
 430argumenta, que pode-se prorrogar o mandato do atual Conselheiro para dois meses
 431, e então, ele muda a Lei ou o Conselheiro novo faz a mudança da Lei para a
 432próxima gestão, sendo assim, a melhor opção nesse momento é a prorrogação de
 433mandato. Questionou a **Conselheira Presidente** Denise Fank sobre como
 434proceder com o processo de prorrogação, pois, deve-se fazer uma orientação
 435minuciosa e cuidadosa aos município. Ressaltou a **Conselheira Lúcia**, que uma
 436pendência referente à essa questão trará problemas, pois na sequência ocorrerá a
 437Conferência Regional, portanto, a prorrogação não pode ser tão curta. Citou a
 438**Conselheira Edenilce**, que recebeu uma notícia extra-oficial que em um Município
 439o prefeito fez a Lei e os vereadores não aprovaram por oposição política. Sugeriu a
 440**Conselheira Ironi**, em verificar os prazos das Regionais, para elaborar uma Nota
 441Técnica, pois os Escritórios Regionais tem uma demanda enorme nesse momento
 442(monitoramento, Conferências, Relatório de Gestão). Os Municípios usam como
 443interesse a composição dos CMAS. Alguns Municípios, já fizeram a Conferência, mas
 444mesmo assim é importante fazer a Nota, no sentido de orientar as mudanças de
 445Leis para a próxima Gestão. Quem não fez a sua Conferência, pode delibera sobre a
 446alteração das Leis, e que nessa Nota, seja encaminhada um modelo de como
 447proceder com essa alteração. Mudando a Lei, deverá também mudar o Regimento
 448Interno. Sugeriu-se também que esse tema seja de discussão nas Conferências
 449Regionais. Os Promotores deverão cobrar, mas também dar apoio jurídico para as
 450alterações. É necessário adiantar essa questão aos Escritórios e que essa
 451organização deverá ser realizada pelos Conselheiros nas suas respectivas regiões,
 452considerando o tema da Conferência que é sobre o controle social. Colocou
 453**Conselheiro Cícero**, que considerando o interesse político em muitos Municípios,
 454uma prorrogação de mandato trará problemas aos próprios. O mais
 455aconselhável, nesse momento, é a elaboração da Nota Técnica para que no próximo
 456mandato, seja realizada a alteração da Lei, e durante as Conferências, pautar nas
 457Oficinas. Nos Municípios pequenos, os Conselheiros fazem parte do quadro do
 458Governo. Esclareceu Sandra Mancino sobre a prorrogação, argumentando que se
 459não tiver previsão na Lei, não será possível prorrogar. Se tentar, poderá ser
 460questionado. Caso haja inconstitucionalidade na Lei atual, mesmo depois da
 461realização da Conferência, essa mudança pode ser realizada. Caso contrário, se for
 462só inadequação, deve-se respeitar o mandato. Sendo assim, ressaltou a
 463**Conselheira Presidente**, que na Nota Técnica deverá constar que a alteração
 464elaborada na próxima gestão, questionando também sobre quem ficará responsável
 465pela elaboração da Nota. **Falou a Técnica Kelli, que a Comissão da Conferência**
 466**elaborará e encaminhará aos Conselheiros.** Encaminhamentos: solicitação de
 467parecer à Assessoria Jurídica da SETP e ao Ministério Público anexando cópia da lei
 468atual, lei anterior, o que está previsto do Controle Social, na NOB e PNAS,
 469resoluções do CNAS e artigo da LOAS que trata de Controle Social. Posteriormente,
 470será encaminhado à PGE. Sobre o Decreto Estadual nº 4.742 de 15 de maio de
 4712009 com participação de representante do Gabinete do Deputado Estadual Tadeu
 472Veneri (autor da Lei nº 15.051/06). Ao analisar o Decreto Estadual nº 4.742 que
 473isenta o transporte intermunicipal para a pessoa com deficiência, a Comissão
 474obteve a participação de Luis Antonio Rosa da Assessoria do Gabinete do referido
 475Deputado. A **Conselheira Inês Roseli**, sugeriu a abordagem referente a questão
 476sobre o atestado de pobreza (um dos critérios para a concessão do passe livre).
 477Sobre as sugestões de encaminhamentos sobre o Decreto, esclareceu a

478 **Conselheira Vice-Presidente Denise Colin**, que na reunião com o representante
 479 do Deputado Tadeu Veneri foi combinado de realizar um contato com a Secretaria
 480 de Estado da Saúde - SESA, pois essa deverá indicar as Unidades de Saúde, cujos os
 481 médicos darão e padronizarão, o laudo e regulamentarão sobre o fluxo do SUS.
 482 Também será feito contato com a Secretaria de Transportes. Com base nisso,
 483 encaminharia as informações aos Municípios com o modelo da Carteira Nacional,
 484 para que eles possam utilizar como referência e indicariam que, embora no texto
 485 esteja Departamento de Serviço Social do Município, deve ser ler Órgão Gestor da
 486 Política de Assistência Social, e que este Órgão receba as solicitações, façam a
 487 revisão desses documentos e depois encaminhe ao Conselho, ao qual nas próximas
 488 reuniões, irá rever a redação, adequando as terminologias. A **Conselheira**
 489 **Presidente**, colocou na sua Comissão, que a sugestão é que seja encaminhado
 490 também para o CRESS, para uma avaliação no que diz respeito às atribuições
 491 profissionais do assistente social que consta no Decreto, como também convidar
 492 um representante do Conselho da Pessoa com Deficiência para adequar os fluxos e
 493 terminologias que estão fora de contexto. Encaminhamentos: a SETP consultará a
 494 SESA e a Secretaria de Transportes para averiguar como estão as discussões acerca
 495 das regulamentações previstas no Decreto; que seja elaborada pelo CEAS uma nota
 496 técnica orientando os CMAS no que se refere a temática e qual sua função;
 497 encaminhar para os CMAS o modelo de referência nacional para emissão da
 498 carteira. Nas próximas reuniões, a Comissão retomará o assunto para apresentar as
 499 alterações necessárias. Colocou a **Conselheira Solange**, que os Conselheiros não
 500 respondem aos e-mails, assim entende-se que está tudo correto, pois existem
 501 prazos a cumprir. Colocado em apreciação **APROVADO** o Relatório da Comissão de
 502 Documentação e rede sociassistencial. Período da Tarde. A Assembléia iniciou-se
 503 às 14:10 com o número necessário de Conselheiros, dando continuidade ao relatos
 504 das Comissões. **Comissão de Políticas Sociais.** Registrou a **Conselheira Inês**
 505 **Roseli**, que a Comissão estava defasada nos seus membros e contou com a
 506 Colaboração de Ana, da CGM. Sobre o Piso Básico de Transição, Ana fez a
 507 explanação em planilha da versão preliminar de como está o Paraná em relação ao
 508 Piso Básico de Transição, onde foram sanadas algumas dúvidas. Relatou a
 509 **Conselheira Ironi**, que no dia 26 aconteceu a teleconferência, a fim de discutir
 510 questões referentes ao PBT (conclusão do processo de transição, regras e condições
 511 para implantação dos novos serviços), realizado pelo MDS. Esta, detalhou as
 512 informações que foram pactuadas na última reunião da CIT. Com relação ao piso,
 513 esse deixará de existir a partir de janeiro de 2010; Os municípios que recebem este
 514 piso farão a opção por três tipos de serviços que são: o PAIF, serviço de convivência
 515 para crianças pequenas e suas famílias e projuvem adolescente. No segundo
 516 semestre será disponibilizado um aplicativo para os Municípios fazerem sua adesão.
 517 Também houve alguns pontos que divergem de informações e pactuações
 518 anteriores feitas na CIT, referentes ao pagamento da educação infantil durante o
 519 ano 2009; e no critério de habilitação para fazer a opção do serviço de convivência
 520 para crianças pequenas e suas famílias (habilitação em gestão inicial). A comissão,
 521 sugere uma consulta ao MDS para compreender e clarear sobre tais divergências.
 522 No Estado do Paraná a CGM fez um levantamento de como ficaria a situação em
 523 relação a proposta que o MDS pactuou na CIT. Informou Ana, que foi calculado
 524 sobre o co-financiamento, ficando estabelecido que 134 Municípios recebem o PBF
 525 e PBT, 261 Municípios não recebem o PBF mas recebem o PBT; dos que recebem
 526 PBF 14 ampliariam PAIF com este recurso e desses 13 iriam para a 2ª opção que é
 527 serviços, ou seja, dos 134, 133 passariam para a 2ª opção; Dos 261, 115 (44,06%)
 528 passariam a co-financiar PAIF com PBT; Destes 115, 81 utilizariam o recurso para o
 529 PAIF, e 34 usariam para PAIF e serviços, ou seja, 1ª e 2ª opções. Com este
 530 levantamento, o órgão gestor tem como avaliar a situação real no Estado, tendo em

531mãos um estudo para possíveis defesas junto ao MDS, na busca de garantir
 532recursos aos Municípios. Ressaltou a **Conselheira Ironi**, que a preocupação em
 533divulgar aos Municípios esse dados são as orientações divergentes do Ministério e
 534da reunião da CIT durante a Teleconferência. Sugeriu a **Conselheira Roseli**, que
 535seja elaborado um Ofício para o MDS e CIT, encaminhando o estudo e fazendo
 536apontamentos para verificar essas discussões junto à CIT, porque o MDS muda
 537critérios e datas, deixando todos numa situação difícil. A **Conselheira Lúcia**, disse
 538para ir com cautela, porém muitas coisas serão afrouxadas para não penalizar um
 539número grande de Municípios. Colocou a **Conselheira Ironi**, que não foi positivo
 540serem mudadas regras depois de pactuar, visto que na Teleconferência a Diretora
 541Nacional deu outras informações. Desde a Portaria nº460 (18/12/07), esse piso já
 542era para ser usado pelo CRAS e quem já recebia piso básico de transição já deveria
 543estar trabalhando com família. Continuou com o Relato a **Conselheira Inês**
 544**Roseli**. Sobre Ofício Circular do CNAS nº. 004/09, de 26 de maio de 2009,
 545referente ao Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças
 546e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária- PNCF. Fez a leitura da minuta
 547de resolução em plenária e relatou que a Comissão acatou a sugestão do
 548documento e trás para a aprovação da plenária e posterior junção ao documento
 549final do mesmo processo, que deverá acontecer junto ao CEDCA, e em seguida, a
 550expedição da resolução pelos Secretários da SETP e da SECJ. Caso a proposta seja
 551aprovada, nesta reunião deverá ser indicado o representante e suplente do CEAS
 552para compor a referida Comissão. Após diversos apontamentos, foram indicadas a
 553**Conselheira Jucimeri** como representante da SETP e como suplente a
 554**Conselheira Inês Roseli**. Sobre o Informe do CENSO CREAS, a **Conselheira Ironi**
 555explicou que no Paraná existem 20 Municípios que apresentam problemas. Logo, a
 556CGM está elaborando um plano de providências para que os Municípios acertem o
 557que está incorreto, dentro do prazo estabelecido pelo MDS. E, para os casos
 558irregulares que a CGM detectou, será dado um prazo de 6 meses. Sobre o Bolsa
 559Família, informou o **Sr. Nírcélio**, que na reunião do MDS, como pauta principal, foi
 560apresentado o novo formulário para cadastro das Famílias nos Programas Sociais, e
 561junto com esse formulário vai haver um novo aplicativo do cadastro único que é o
 562sistema operacional de entrada e manutenção desses dados, e para isso, o
 563Ministério irá promover uma Capacitação de Multiplicadores Municipais e Estaduais,
 564onde será proposta essa capacitação para técnicos da SETP, um técnico dos
 565municípios por Escritório Regional e um técnico de referência da cidade do
 566Escritório. Essa Capacitação, terá como etapas: 1) Os entrevistadores do novo CAD
 567deverão ser capacitados pelo MDS, e terão um treinamento de 4 dias em Brasília,
 568com o compromisso de repassar o curso em todo o Paraná; 2) Organização de
 569Capacitação nas Regionais para os entrevistadores Municipais; 3) Organização de
 570Capacitação dos técnicos na nova versão operacional do CADUNICO. Sobre o
 571acompanhamento das condicionalidades do Bolsa família, Sr. Nírcélio relatou os
 572Municípios em que terão os recursos suspensos por 6 meses, bem como da
 573preocupação do Ministério referente à atualização cadastral. Colocado em
 574apreciação o Relatório da Comissão de Políticas Sociais e a minuta de resolução
 575**APROVADO. Instrumentos de gestão do Estado: solicitações para**
 576**ampliação do prazo; A Conselheira Vice-Presidente** apresentou a Assistente
 577Social Carla, e informou que as funcionárias da CDI Kellen e Renata passaram em
 578Concursos Públicos e já foram chamadas, com isso, a Técnica Kelli assume a
 579Secretaria Técnica da CIB. A assistente social Carla, apresentou-se no lugar de
 580Renata. Informou, que o prazo para preenchimento dos instrumentos de gestão foi
 581prorrogado do dia 30/06 para 19/07. Os municípios de Palmital, Moreira Sales e
 582Ubiratã não iniciaram o preenchimento do Plano Municipal de Assistência Social, 25
 583municípios não finalizaram e 371 finalizaram. Em relação ao Relatório de Gestão,

58443 Municípios não finalizaram, 352 finalizaram e os Municípios de Moreira Sales, 585 Itaperuçu, Curiuva e Paranavai não iniciaram o preenchimento. Informou ainda, 586 que houve um erro da informática, a qual causou problemas no aplicativo 4.2 do 587 plano referente a manutenção dos serviços. Devido a isto, todos os Municípios terão 588 que preencher novamente esse item no quadro da rede. Do dia 20/07 a 03/08 589 reabrirá novamente o instrumento para os Escritórios, para realizarem as 590 indicações de correções aos Municípios. Do dia 04/08 a 17/08 reabrirá aos 591 Municípios para as devidas correções. **Informes da CIB-CIT- Informes Gerais.** 592 Informou a **Conselheira Vice-Presidente** referente a CIB, que foi pactuada a 593 discussão acerca do preenchimento dos Planos Municipais e dos Relatórios de 594 Gestão. Também foi pactuado o Plano Estadual de Habilitação e Monitoramento, 595 onde está previsto, a padronização de procedimento e fluxo de monitoramento em 596 todo o Estado em relação a implantação do SUAS em cada um dos Municípios. O 597 Plano de Monitoramento, Avaliação e Habilitação Municipal apresentado no CEAS, 598 foi aperfeiçoado pela Conselheira Ironi. Terá uma reunião com os Escritórios 599 Regionais sobre o orçamento público, e se fará um detalhamento dos itens do Plano 600 de Monitoramento. Foi identificado a necessidade de constituir uma comissão de 601 monitoramento, com representantes da CIB, SETP e dos Gestores Municipais, para 602 balizar o entendimento das análises e os pareceres a serem dados. O guia traz um 603 parâmetro de avaliação, fluxo e um calendário. Foram definidos também, as visitas 604 e orientações em relação ao censo CRAS e ao censo CREAS. No que se refere à 605 habilitação, foram analisados os documentos encaminhados pelos Municípios de 606 União da Vitória, Lobato e Jardim Alegre. Informou que foram reproduzidos e 607 repassados aos Conselheiros vários documentos e a memória da reunião realizada 608 em 10 de junho. O **Conselheiro José Cícero**, com relação à participação cultural 609 na Conferência, sugeriu à Comissão de Organização da Conferência, convidar o 610 Grupo do Projovem de Campo Mourão para apresentação, com os instrumentos 611 artesanais, do ‘Hino Nacional e o Brasileirinho’. O Conselheiro, também solicitou 612 para que na próxima reunião sejam pontos de pauta, o processo para buscar os 613 meios de vinculação de receitas no fundo de assistência social através de tributos 614 estaduais e a Frente Parlamentar Estadual da Assistência Social. Ressaltou a 615 **Conselheira Presidente**, convidar um representante do Gabinete do Senador 616 Flávio Arns para discutir sobre o Projeto de Lei substitutivo. Em função da audiência 617 com o Secretário, colocou que ele está disponível no gabinete nas segundas, terças 618 e quartas feiras. Colocou a **Conselheira Lucia**, que a conversa com o Secretário 619 foi positiva e sugeriu fazer um convite ao Secretário para o mesmo estar presente 620 na abertura da Conferência Estadual de Assistência Social. Parabenizou ao CRESS a 621 **Conselheira Presidente**, pela conquista do Concurso Público para assistentes 622 sociais no Tribunal de Justiça. A **Conselheira Inês Roseli** agradeceu o apoio da 623 equipe da SETP, pelas contribuições e os conhecimentos repassados. Informou a 624 **Conselheira Solange**, que conforme designado pelo Conselho, representou o 625 CEAS na Semana de Combate e Prevenção ao uso de álcool e drogas. O tema foi o 626 papel dos Conselhos frente ao combate ao uso de drogas. Sua fala foi a distinção 627 entre os Conselhos de Direitos, Tutelares e de Políticas setoriais. Levou informações 628 sobre os investimentos que o Estado faz para o combate das drogas. O público foi 629 pequeno, mas o debate foi bom. Justificou a **Conselheira Edenilce** sua ausência, 630 visto estar numa palestra sobre a Conferência. Ao fim da reunião, a **Técnica Kelli** 631 fez a leitura da carta de despedida enviada pela ex-técnica Kellen, visto ter saído da 632 SETP para assumir o cargo de assistente social da Petrobras. **Encerramento:** A 633 Presidente Denise Fank agradeceu a presença dos Conselheiros, dos Membros dos 634 FOREAS e demais convidados, encerrando a assembléia ordinária. A presente ata 635 foi digitada por Jucileide Ribas Machado, estagiária da Secretaria Executiva dos 636 Conselhos e lavrada por mim, Regina Rodrigues Costa, Secretaria Executiva dos

637 Conselhos e terá anexada cópia da lista de presença dos Conselheiros, bem como
638 sua versão aprovada disponibilizada no site.
639